



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Outros pontos, outras vistas: o Portal Comunitário e a presença dos sujeitos populares na esfera pública de Ponta Grossa¹

BECKER, Maria Lúcia (Doutora)
KRAVUTSCHKE, Aline Czezacki (Graduanda)²
Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR

Resumo:

O trabalho faz o resgate de alguns fatos do período dos governos militares, principalmente das décadas de 1960-70, com o objetivo de reunir elementos para uma compreensão das raízes e do significado de veículos de comunicação como o Portal Comunitário de Ponta Grossa. Sistematiza informações e elementos da relação entre mídia e esfera pública, a partir da conceituação de Habermas e de dados sobre a consolidação e concentração da mídia de massa no Brasil. Apresenta processos da rotina de produção do Portal Comunitário e explica como o projeto viabiliza a cobertura de mais de 60 grupos/ comunidades/ entidades de forma a destacar a organização e atuação destes sujeitos populares. Traz uma leitura dos dados referentes às pautas dos bairros sob a ótica das garantias previstas no Estatuto da Cidade. E, por fim, identifica lacunas deixadas pela pesquisa, sugerindo novos objetos a serem investigados. Além da pesquisa bibliográfica, o artigo tem como base uma análise do conteúdo publicado pelo Portal Comunitário desde a sua criação, realizada por meio de observação, categorização temática, coleta de dados e discussão dos resultados.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Portal Comunitário; Esfera Pública

Introdução

O Portal Comunitário (www.portalcomunitario.jor.br), assim como muitos outros veículos da chamada mídia livre ou independente existentes atualmente no Brasil, tem a sua identidade constituída a partir de elementos definidos no período do regime militar implantado em 1964 e de seus desdobramentos, entre os quais: a modernização, crescimento e concentração dos meios de comunicação; o autoritarismo e a repressão ideológica e política; o processo acelerado de urbanização e periferização; e a emergência e consolidação da imprensa alternativa e da comunicação popular e

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

2 BECKER, Maria Lúcia: Jornalista. Mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da UEPG. E-mail: marialuciabecker@yahoo.com.br

KRAVUTSCHKE, Aline Czezacki: Aluna do 3º ano do Bacharelado em Jornalismo da UEPG. E-mail: alineczezacki@gmail.com



comunitária.

Sistematizar aspectos de sua história, visando à compreensão do significado da sua existência, portanto, inclui o resgate, mesmo que em poucas linhas, da composição deste terreno onde estão fixadas as raízes desta proposta editorial, que se define como comunitária, popular e alternativa. Fazer história, já dizia Robert Park, é estabelecer relações entre os acontecimentos, colocá-los numa certa ordem na sucessão histórica e tentar “descobrir as tendências e forças subjacentes que encontram expressão nesses mesmos acontecimentos” (PARK, 2009, p. 41-42).

Este trabalho tem o objetivo de trazer elementos para uma reflexão sobre a contribuição do Portal Comunitário como mediador e viabilizador da presença de sujeitos populares na esfera pública de Ponta Grossa (PR) no período de agosto de 2008 a janeiro de 2014. Trata-se de um site na internet, feito por estudantes e professores do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com associações de moradores de bairros de periferia, sindicatos de trabalhadores, ONGs, grupos culturais, entidades assistenciais e movimentos sociais locais.

A apresentação destes elementos tem como base uma pesquisa bibliográfica, que reúne aspectos históricos e conceituais, assim como uma pesquisa empírica, com a utilização de técnicas de análise de conteúdo na observação, categorização, coleta de dados e análise temática das matérias publicadas pelo Portal Comunitário desde que foi colocado no ar, em 25 de agosto de 2008.

O artigo está, então, organizado em cinco tópicos: “Raízes identitárias”, onde são revisitados contextos emblemáticos das décadas 1960-1980 no Brasil; “Mídia e esfera pública”, em que se apresentam conceitos e discussões sobre a relação entre a publicação e a construção de realidade; “Outros pontos de vista”, com a apresentação dos dados referentes a matérias sobre a organização e atuação dos sujeitos populares no período analisado; “Direito à cidade”, que traz os resultados da pesquisa quanto às notícias, notas e reportagens sobre a infra-estrutura dos bairros e questões de mobilidade urbana, saúde, educação e cultura, esporte e lazer; e “Considerações finais”. Devido às limitações de espaço, o foco principal deste trabalho são os aspectos gerais relacionados à constituição e fortalecimento dos sujeitos populares; com isso, o recorte aqui realizado não contempla dados e reflexões sobre as questões de gênero, étnicas, ambientais,



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

culturais, trabalhistas, rurais, de acessibilidade, entre outras.

Raízes identitárias

No contexto da criação das condições para alavancar o desenvolvimento do capitalismo local, os governos militares impostos ao país com o golpe de 1964 investem na produção industrial de cultura e na ampliação do mercado de bens culturais. Renato Ortiz (1994, p. 117-118) cita uma série de iniciativas tomadas já na segunda metade da década de 1960, entre as quais, os incentivos à fabricação de papel e à importação de máquinas; a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel); a associação do Brasil ao sistema internacional de satélites (Intelsat); a criação do Ministério das Comunicações; e a construção de um sistema de microondas que permite a interligação de todo o território nacional e oferece o suporte tecnológico para o sistema de redes necessário ao funcionamento da indústria cultural.

O fomento à criação e consolidação de uma indústria cultural forte se dá, porém, de forma articulada à imposição da “censura política” e da “censura econômica”. A censura político-ideológica, acompanhada de repressão, prisões e exílios, age de forma seletiva, enquanto são criadas entidades como o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Nacional do Cinema, a Embrafilme, a Funarte, entre outras, garantindo-se subsídios e financiamentos às produções convergentes com as regras e os interesses do regime. Reconhecendo a importância dos meios de comunicação de massa, os governos do período inserem também o Estado como força fundamental no mercado publicitário: sendo um dos principais anunciantes, amplia seu poder de censura econômica. Assim, nos anos 1960/70, “ocorre uma formidável expansão, em nível de produção, de distribuição e de consumo de cultura; é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa” (ORTIZ, 1994, p. 121).

Este é o período de investimento numa “modernização conservadora”, em que se modifica a estrutura e o perfil da sociedade, com a instauração de um ciclo econômico que ficou conhecido como “milagre econômico”, com a consolidação do parque industrial nacional, o crédito rural subsidiado, o incentivo à ampliação da produção



agrícola moldada pelo ideário da Revolução Verde,³ a criação do complexo agro-industrial e a intensa migração campo-cidade.

O crédito agrícola subsidiado e vinculado à adoção de tratamento químico e biológico foi o principal instrumento utilizado para a modernização do campo. Direcionados às maiores propriedades, os incentivos (acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica) visavam à produção para exportação ou para a agro-indústria, enquanto “os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos” (MARTINE, 1991). Estas medidas, além de acentuarem a concentração da propriedade da terra, provocam um forte êxodo rural: entre 1960 e 80, quase 30 milhões de pessoas são expulsas do campo em direção às periferias urbanas. A “urbanização”, detectada pelo Censo Demográfico de 1970 – que registrou, pela primeira vez, uma população urbana superior à rural (55,9%) – passou, assim, a significar “periferização”.

Na contraposição, nascem os periódicos da imprensa alternativa. Só no período de 1964 a 1980, circularam no país cerca de 150 jornais cuja característica comum e principal era a oposição intransigente ao regime militar. O termo “alternativa” expressa os ideais de valorização do nacional e do popular nos jornais predominantemente políticos, assim como, em outra classe de periódicos, refere-se à crítica dos costumes e à ruptura cultural inspirada nos movimentos de contra-cultura norte-americanos, explica Kucinski. “Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais” (KUCINSKI, 1991, p. XIV). Embora feita por jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, a imprensa alternativa adquire também o caráter popular ao trazer sempre análises críticas da realidade, contestar o autoritarismo e o modelo de desenvolvimento e alçar, em suas páginas, os movimentos populares de reivindicação e de protesto à condição de protagonistas.

3 Paradigma tecnológico, baseado nos avanços dos conhecimentos da química e da biologia, que afirma a superioridade quantitativa e qualitativa da agricultura baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e na biotecnologia.



Ao mesmo tempo, cresce também a comunicação popular e comunitária, entendida como horizontal, dialógica, participativa, feita pelos sujeitos populares como contra-comunicação e instrumento de luta das classes subalternas. A exclusão dos sujeitos populares da esfera pública – ou não inclusão de suas necessidades, interesses, pontos de vista, propostas, e projetos – se dá não somente por conta do alinhamento (natural ou forçado pela censura e outras formas de coerção) dos veículos da chamada grande mídia ao regime ditatorial, mas principalmente devido à concentração crescente dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos de poder econômico e político, que impõem o modelo massivo, visando ao controle e submissão da sociedade aos interesses das classes hegemônicas. Como explica Motta (1987, p. 42), “na busca de soluções para seus problemas cotidianos, os grupos populares se mobilizam, criam canais alternativos e formulam conteúdos próprios”.

Mídia e esfera pública

Nos anos 1965 a 1980, alguns meios de comunicação de massa se transformam em grandes empresas modernas, conglomerados que “operam comercialmente diferentes meios e praticamente monopolizam o mercado de comunicação do país” (MOTTA, 1987, p. 39). A configuração de um sistema de redes nacionais, implementada desde a década de 1960, foi viabilizada inicialmente com o apoio dos governos militares, dentro de seu projeto de integração nacional, como visto acima. Nas décadas seguintes, a consolidação e crescimento das redes continuou sempre com base no aporte de recursos públicos e na afiliação de veículos regionais. Assim, em 1982, das 120 emissoras comerciais de TV, 107 funcionavam em rede (MOTTA, 1987, p. 39). Em 2002, o relatório do projeto Donos da Mídia, desenvolvido pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) apontava que as seis maiores redes privadas (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV! e MTV) controlavam 667 veículos (EPCOM, 2002, p. 17). Atualmente, o mapeamento feito pelo Donos da Mídia (FNDC, s/d) revela que estas seis redes privadas controlam 1.010 veículos de comunicação (TVs, rádios AM e FM, jornais e revistas).

No Brasil, o Sistema Central de Mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão. Mais precisamente, os conglomerados que lideram



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

as cinco maiores redes privadas (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV!) controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no País. Este controle não se dá totalmente de forma explícita ou ilegal. Entretanto, se constituiu e se sustenta contrariando os princípios de qualquer sociedade democrática, que tem no pluralismo das fontes de informação um de seus pilares fundamentais. (FNDC, s/d)

Como o controle dos meios de comunicação significa o controle do acesso à informação e, com isso, o controle da formulação de argumentos e contra-argumentos no processo de formação de opinião e tomada de posição na esfera pública, pode-se dizer que o aumento da concentração da propriedade dos veículos é diretamente proporcional à diminuição da democracia e ao cerceamento do exercício da cidadania no País. Uma melhor compreensão deste processo pode ser feita com a ajuda do conceito de esfera pública.

Habermas descreve a esfera pública como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões (...)”, onde a qualidade do resultado depende de uma “inclusão suficiente dos participantes”. Assim, “o assentimento a temas e contribuições só se forma como resultado de uma controvérsia mais ou menos ampla, na qual propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional” (HABERMAS, 1997, p. 92 e 94). Nesta formulação, a expressão “mais ou menos” indica dois fatores de influência na qualidade do resultado final, ou seja, na formação da opinião ou tomada de posição: o tamanho ou a quantidade de controvérsias e o grau de racionalidade das posições ou consensos obtidos.

Quanto ao domínio da esfera pública pelos grandes meios de comunicação de massa, Habermas (1997, p. 99) aponta como solução a participação da sociedade civil – “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”.

Mas, transmitem como? Com quais meios? Habermas não entra nesta discussão, mas a importância de se construir meios de comunicação próprios, comunitários, alternativos, por parte dos sujeitos populares fica clara com o entendimento da relação entre a publicação (tornar público) e a construção da realidade. As informações,



argumentos e propostas dos sujeitos populares só chegam à esfera pública se e quando ganham existência pública. Com a publicação de um relato informativo, a ocorrência se torna acontecimento público, preocupação pública, de acordo com Gaye Tuchman:

Os relatos informativos não só conferem às ocorrências a sua existência como acontecimentos públicos, como também lhes atribuem um certo caráter, na medida em que ajudam a dar forma à definição pública dos acontecimentos, atribuindo-lhes de forma seletiva pormenores ou “particularidades” específicas. Tornam acessíveis aos consumidores de notícias esses pormenores seletivos. (TUCHMAN, 2009, p. 99).

Ou seja, sem publicação, os fatos ou ocorrências pertencem à esfera privada, ao âmbito das preocupações pessoais e, como tal, não dizem respeito ao interesse público, não geram debate, argumentação, posicionamento, opinião pública, ação política (entendendo-se política aqui como tudo o que se refere aos cidadãos, ação cidadã). Daí, obviamente, a não-inclusão das ocorrências relacionadas aos sujeitos populares nos conjuntos de relatos informativos publicados pelos meios de comunicação de massa, a não ser de forma seletiva e planejada de acordo com os interesses de seus donos e respectivas classes hegemônicas.

Outros pontos de vista

No ar há mais de cinco anos, o Portal Comunitário tem buscado cumprir o objetivo de conferir existência pública aos sujeitos populares locais, promovendo a presença na esfera pública das informações, opiniões, propostas, posicionamentos, reivindicações, denúncias e outras atividades de comunidades de periferia, sindicatos de trabalhadores, ONGs, grupos culturais, entidades assistenciais e movimentos sociais da cidade de Ponta Grossa.

Os dados aqui apresentados seguem a mesma categorização com que trabalha o próprio Portal que, desde a sua criação, tem uma rotina de produção e publicação organizada com base não apenas em editorias temáticas, como é comum nos veículos noticiosos, mas na origem dos fatos e temas, de forma a chamar a atenção para o protagonismo dos sujeitos populares.

A produção e o veículo assim estruturados se viabilizam com um método de trabalho que busca seguir minimamente os princípios da comunicação popular e



comunitária em termos de participação, diálogo, horizontalidade: a turma do terceiro ano do curso de Jornalismo é dividida em equipes de três estudantes, que passam a se inserir nas comunidades/entidades/grupos e a trabalhar em parceria com seus membros – cada equipe acompanha, durante todo o ano, pelo menos um bairro, um sindicato, uma ONG ou grupo e um movimento social. Assim, a “captura” dos acontecimentos é feita por meio de uma “rede noticiosa” alternativa àquela com que trabalha a mídia hegemônica (prefeitura, câmara de vereadores, governos estadual e federal, delegacias, times de futebol, entidades empresariais e outras instituições e órgãos ligados ao poder econômico e político). Ou seja, com o acompanhamento das comunidades/entidades por parte das equipes de reportagem durante todo o ano, a cobertura do espaço segue as mesmas estratégias descritas por Tuchman no caso das organizações jornalísticas em geral: a territorialidade geográfica, a especialização organizacional e a especialização em termos de temas (TRAQUINA, 2005, p. 181-182).

A coleta de dados, realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro/2014, obedeceu a categorias Bairros, Ong's e Grupos, Movimentos e Sindicatos, as mesmas que estão dispostas no canto superior direito do site. São mais de 60 entidades contempladas pela cobertura do Portal, dando visibilidade a temas que não têm espaço na grande mídia, especialmente ao da própria ação cidadã por meio da organização popular e sindical.

A pesquisa revela que, no período analisado, foram publicadas 387 matérias (notícias, reportagens especiais e notas informativas), com 308 fotos, sobre os bairros da periferia da cidade, sendo 54 exclusivamente sobre as associações de moradores (organização interna, reuniões, divulgação, história da entidade, eleições de diretoria, sede e questões de infraestrutura e sustentação financeira). Veja no item “Direito à cidade” as observações e análises dos demais conteúdos das matérias.

Na cobertura de 15 ONGs, grupos e entidades, também foram publicadas mais de 300 matérias, entre as quais mais de 50 reportagens hipertextuais multimídia. O tema mais abordado foi “Organizações/Ações Internas” (1), que representa as ações realizadas pela entidade/grupo visando à sua própria manutenção e fortalecimento, incluindo desde problemas estruturais, como infraestrutura, até reuniões de planejamento, renovação de diretoria/coordenação, ações de ou para participantes/simpatizantes, atividades de divulgação/comunicação e/ou história da entidade/grupo.

Nesse caso, o Portal serviu como meio de agendar as ações realizadas pelos grupos. O segundo tema com maior número de pautas foi Eventos (5), o que reforça o agendamento.

Na observação da tabela abaixo, no entanto, é preciso levar em conta o fato de o trabalho ser feito em parceria com as entidades e grupos, o que significa a suspensão da cobertura se há um período de inatividade ou outros problemas internos que atingem diretamente a atuação dos seus membros ou a relação destes com a equipe de reportagem. Também é preciso considerar as diferenças no período de cobertura. Assim, as ONG's com menor número de reportagens foram Você Consegue, Bando da Leitura e Unidev, com 4, 5 e 6, respectivamente. As duas últimas tiveram um tempo menor de cobertura, dado que foram incluídas apenas no ano de 2013, e a Você Consegue não participou do Portal no ano passado devido a problemas internos da entidade.

Tabela 1: ONGS e GRUPOS – conteúdo publicado pelo Portal Comunitário, segundo as categorias temáticas: (1) Organização/ações internas, (2) Denúncias, (3) Manifestações/reivindicações, (4) Propostas/posicionamentos, (5) Eventos, (6) Políticas públicas, (7) Relações externas

Nome	1	2	3	4	5	6	7
ADFPG	13	1	2	0	4	3	0
AMA	4	0	0	2	1	0	0
Apadevi	12	1	2	2	8	0	6
Apedef	16	3	2	3	11	1	0
Astrama	5	0	0	2	0	0	3
Bando da Leitura	3	0	0	2	0	0	0
Cacique Pena Branca	5	5	4	1	10	0	0
Grupos Ambientalistas	13	5	9	9	15	5	5
Grupos de Capoeira	4	0	0	0	3	0	0
Grupo Renascer	4	0	3	3	4	0	2
Grupo Reviver	6	2	1	3	9	1	1
Obesos Alerta	2	5	3	2	1	0	3
Uampg	11	2	0	2	10	0	8
Unidev	2	2	0	0	2	0	0
Você Consegue	1	1	1	0	0	1	0
Outros	5	2	0	4	3	1	0
Total	106	38	36	35	81	21	28

Fonte: elaboração própria, com dados coletados nos dias 14 e 15/02/2014

As ações dos movimentos sociais ganharam destaque em cerca de 100 notícias e reportagens multimídia. Aqui, além das ressalvas feitas para a análise das ONGs e

Grupos que também são válidas para a categoria dos Movimentos Sociais, cabe o alerta quanto à instabilidade da organização e mobilização característica dos movimentos sociais, uma vez que se são grupos não institucionalizados que têm momentos de intensa atividade e momentos de descenso e desarticulação.

Mas a Tabela 2 revela outras características mais importantes dos movimentos: a categoria temática com maior número de pautas não podia deixar de ser a (3), “Atos públicos”, que contempla as manifestações, protestos, passeatas e/ou marchas; seguida pela (1), “Propostas/projetos”, que indica um caráter propositivo tão presente nos movimentos quanto a denúncia e o posicionamento crítico. Ao mesmo tempo, a categoria “Organização/ações internas” (reuniões, planejamento, eleição/renovação de coordenação, ações de ou para participantes/ simpatizantes, infraestrutura, atividades de divulgação/comunicação, história do movimento), não concentra a maior parte das pautas, como no caso das associações de moradores e de ONGs e Grupos, o que se deve ao fato de os movimentos serem geralmente articulações de diversos grupos, entidades, representantes de comunidades. Confira a os dados.

Tabela 2. MOVIMENTOS – conteúdo publicado pelo Portal Comunitário, segundo as categorias temáticas: (1) Propostas/projetos, (2) Divulgação/convocação, (3) Atos públicos, (4) Denúncias/ posicionamentos, (5) Organização/ações internas, (6) Eventos, (7) Relações externas

Nome	1	2	3	4	5	6	7
Democratização da Comunicação	0	1	0	2	0	4	0
MCCE ⁴	1	1	2	1	0	0	0
Movimento Estudantil	5	2	1	0	0	2	0
Movimento Hip Hop	0	3	1	0	0	2	0
MST ⁵	6	1	7	7	9	4	2
Mulheres/Gêneros	0	3	3	2	2	2	2
Pró-Ciclovias	2	1	0	0	1	0	1
Transporte Público	2	0	4	3	0	0	0
Total	16	12	18	15	12	14	5

Fonte: elaboração própria, com dados coletados nos dias 14 e 15/02/2014

Já a cobertura de sindicatos de trabalhadores resultou em 285 notas, notícias e reportagens hipertextuais multimídia. A exemplo das Associações de Moradores e das

4 Movimento de combate à Corrupção Eleitoral

5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



ONGs/Grupos, a categoria “Organização/Ações internas” (assembleias, eleição de diretoria, ações de ou para a categoria, infraestrutura, história do sindicato) concentra o maior número de pautas indicadas pelos sindicatos. Em segundo lugar vem a categoria “Data-base/negociações” (reuniões de negociação com sindicato patronal, definição de data-base, elaboração/apresentação de pauta de reivindicações, assembleias, campanha salarial), cujos números, se somados aos da categoria “Greves/ paralisações”, tornam-se os maiores da tabela, como era de se esperar.

Chama a atenção também o número expressivo de pautas sobre denúncias e reivindicações referentes às “Condições de trabalho/segurança no trabalho”, assim como o pequeno número de pautas sobre “Relações externas” (relações com outras entidades sindicais ou outras instituições, conselhos, grupos, fóruns, movimentos sociais; relações com a prefeitura, governo estadual, governo federal), o que pode indicar ou um fechamento “corporativista” dos sindicatos locais; ou uma minimização da importância de iniciativas nesta área, daí a não indicação das pautas para a equipe de reportagem, embora as ações aconteçam; ou a opção mesmo pela não divulgação deste tipo de atividade.

Na observação da tabela, cabe novamente aqui as ressalvas quanto à participação parcial no projeto por parte de alguns sindicatos, seja por problemas internos das entidades, ou questões e atitudes das próprias lideranças sindicais (caso do Senalba, Fiação e Tecelagem, Sindahtur, SindiBebidas, Bancários e Correios), seja devido ao início recente da parceria e respectiva cobertura (caso do SindUEPG, Sintespo e Frigoríficos).

Tabela 3. SINDICATOS – conteúdo publicado pelo Portal comunitário, segundo as categorias temáticas: (1) Data-base/negociações, (2) Greves/paralisações, (3) Organização/ações internas, (4) Divulgação/ comunicação, (5) Eventos, (6) Condições de trabalho/segurança no trabalho, (7) Relações externas

Nome	1	2	3	4	5	6	7
APP-Núcleo PG	5	6	12	10	5	4	0
Bancários	2	6	2	1	2	0	2
Comerciários	4	0	5	6	5	8	0
Correios	0	4	2	1	0	0	0
Fiação e Tecelagem	0	0	1	1	1	0	0
Frentistas	3	1	6	3	4	6	1



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Frigoríficos	1	1	2	2	0	2	0
Senalba	0	0	0	0	0	2	0
SindBebidas	1	0	2	0	0	1	0
SindServ	8	1	9	4	1	5	1
Sindehtur	1	0	1	1	0	2	0
Sintespo	5	4	1	0	0	1	0
Metalúrgicos	3	3	10	2	6	9	0
SindUEPG	3	2	0	1	0	0	0
Trabalhadores Rurais	2	0	7	1	2	2	0
Vigilantes	9	4	13	3	5	5	1
Outros	5	1	5	3	1	1	1
Total	52	33	77	48	32	48	4

Fonte: elaboração própria, com dados coletados nos dias 14 e 15/02/2014

Direito à cidade

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 dispõem sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, a ser executada pelo poder público municipal. Só no ano de 2001, no entanto, foi aprovada e sancionada pelo governo federal a Lei nº 10.257, também chamada de Estatuto da Cidade, que regulamenta esses dois artigos. O artigo 2º do Estatuto da Cidade define as diretrizes gerais para o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

Como primeira e mais importante dessas diretrizes, o inciso I deste artigo estabelece a “garantia do direito a cidades sustentáveis” e esclarece que isso significa “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações” (ESTATUTO ..., 2001). Mas é o inciso IX que oferece, de forma clara – devido à referência histórica –, uma formulação que amplia a compreensão e legitima as reivindicações e lutas urbanas ao determinar a “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização”. Isso dá às classes subalternas, localizadas na periferia das cidades e da sociedade, as condições para exigir do poder público a reparação das consequências de decisões políticas nefastas que foram se acumulando nas últimas cinco décadas, principalmente nos anos 1960 a 1980, quando os governos militares impõem um intenso êxodo rural sem que as cidades passem a ter um mínimo de infra-estrutura e serviços públicos que ofereçam as condições para uma vida digna.



Não é sem razão, portanto, que a categoria “Infraestrutura” – água, saneamento, lixo, vias públicas (asfalto, viadutos, trânsito, sinalização, calçadas, nomeação de ruas), abrigo em ponto de ônibus, entre outros aspectos – traz o maior número de pautas indicadas pelas lideranças das associações de moradores dos bairros de Ponta Grossa. Os números significativos das categorias “Esporte e lazer” e “Educação e Cultura” também demonstram o grau elevado de carência quanto à “oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população” (ESTATUTO ..., 2001), oferta esta que se encontra garantida pelo inciso V, do Art. 2º, do Estatuto da Cidade. Aqui, é importante destacar que as matérias não se referem apenas a problemas. No caso da categoria “Esporte e Lazer”, além de reclamações, como a falta de lugares para o lazer e a precariedade dos campinhos e praças, também se divulgam eventos como campeonatos de futebol de bairros e reformas de quadras esportivas.

Quanto ao “Transporte público”, cuja garantia também está prevista no mesmo inciso V, cabe observar que não aparece de forma expressiva devido a, entre outras razões, algumas reportagens estarem contempladas pela categoria “Infraestrutura” desta tabela e também pelo Movimento do Transporte Público (ver Tabela 2).

Para uma reflexão sobre os dados, cabe ainda observar que a produção jornalística pode render mais em alguns bairros do que em outros, devido a algumas Associações de Moradores serem mais organizadas, ou a equipe de reportagem conseguir estabelecer uma relação de maior proximidade com as lideranças comunitárias, o que facilita a discussão das pautas. Um exemplo é o Cará-Cará, que apresenta pouca expressão quanto ao número de matérias, mesmo sendo um dos lugares com maior número de problemas na cidade de Ponta Grossa.

Tabela 4. BAIROS – conteúdo publicado pelo Portal Comunitário, segundo as categorias temáticas: (1) Saúde, (2) Infraestrutura, (3) Educação e cultura, (4) Transporte público, (5) Esporte e lazer, (6) Segurança pública

Nome	1	2	3	4	5	6
Boa Vista	8	15	0	1	4	1
Cará-Cará	2	6	1	1	2	0



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Colônia Dona Luíza	5	12	5	2	9	2
Comunidades Rurais	4	1	3	1	0	0
Contorno	3	4	5	0	7	1
Jardim Carvalho	1	13	4	0	9	0
Neves	1	6	3	1	8	0
Nova Rússia	10	12	5	0	6	2
Oficinas	4	11	2	4	12	0
Olarias	1	15	5	0	12	3
Órfãs	1	4	2	0	8	0
Ronda	2	9	1	1	0	1
Uvaranas	3	13	7	1	9	5
Outros	1	2	0	0	2	0
Total	46	123	70	12	88	15

Fonte: elaboração própria, com dados coletados nos dias 14 e 15/02/2014

Considerações finais

Nestes últimos parágrafos, cabe reconhecer que o resgate de acontecimentos dos anos 1960-80 e a busca de suas relações com a realidade dos últimos cinco anos reuniu elementos para uma compreensão ampliada das raízes de veículos como o Portal Comunitário, porém focando o significado de sua existência mais no contexto do sistema econômico, social, político e cultural intitulado “capitalismo tardio”, constituído no País nos últimos 50 anos, do que em conjunturas nacionais e locais específicas.

Com isso, fica clara a necessidade de outras pesquisas, que contribuam para uma reflexão sobre o significado deste projeto editorial na história e realidade atual da cidade de Ponta Grossa, em termos da construção de um instrumento que consiga ampliar cada vez mais o espaço dos sujeitos populares na esfera pública local.

Nesta perspectiva, a leitura dos dados dos bairros na ótica das garantias previstas no Estatuto da Cidade, relacionando o estabelecido na lei com opções feitas pelo regime militar – que, vale lembrar, estão ligadas a algumas das justificativas do próprio golpe –, trouxe a possibilidade de pensar a importância de as associações de moradores



priorizarem o agendamento de determinados temas, de modo que ganhem existência pública, sejam debatidos e conquistem o posicionamento favorável da maioria dos cidadãos. Mas, aqui, aparece outra lacuna a ser preenchida por novas pesquisas: é preciso mapear os veículos de comunicação de massa da cidade, caracterizando da forma mais precisa possível a sua influência na esfera pública, assim como identificar e caracterizar os veículos próprios de comunicação dos demais sujeitos em ação na cidade (sites, blogs, redes sociais, jornais, revistas, de partidos e grupos políticos, entidades empresariais, instituições e órgãos públicos, entre outros “nós” de rede).

Referências

- EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação. Quem são os donos. Revista CARTA CAPITAL, 8 de março de 2002, p. 17-19. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/media/documentos/DonosCarta.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2014.
- ESTATUTO DA CIDADE. Lei nº 10.257. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 14 jan. 2014.
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Donos da Mídia: o mapa da comunicação social.** Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/inicial>> Acesso em: 19 jan. 2014.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários.** Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? São Paulo, **Lua Nova: Revista de cultura e Política**, nº 23, Mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 20 jan. 2014.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In: GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina.** Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1987, p. 37-50.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PARK, Robert. E. As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). **Comunicação e Sociedade.** Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p. 37-50.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são.** 2ª Ed. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.